

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.995 - MG (2019/0120337-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : GABRIEL LIMA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : ALESSANDRA PEIXOTO DO CARMO - MG092827N
BRUNO RODRIGUES DE OLIVEIRA - MG184774
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GABRIEL LIMA DE SOUZA em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, assim ementado (fl.108):

EMENTA: HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO – ART. 310, II, C/C OS ARTS. 312 E 313, TODOS DO CPP – DECISÃO FUNDAMENTADA – RISCO À ORDEM PÚBLICA – PROPENSÃO À PRÁTICA DELITIVA – ORDEM DENEGADA. 1. Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes ante a propensão à reiteração criminosa do paciente. 2. Denegado a ordem de habeas corpus.

O recorrente foi preso em flagrante pela prática do crime de roubo, em concurso de pessoas e com emprego de arma de fogo, sendo a prisão convertida em preventiva.

Sustenta a defesa, em síntese, a ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva. Aduz que o recorrente ostenta condições pessoais favoráveis, como trabalho lícito e residência fixa.

A defesa tece ainda considerações acerca da ausência de qualquer indício de autoria e de materialidade de participação e envolvimento do recorrente no crime.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo desprovimento do recurso.

Na origem, o processo n. 0004832-85.2019.8.13.0418, oriundo da Vara

única da comarca de Minas Novas, encontra-se na fase de instrução e julgamento com audiência designada para o dia 12/6/2019, conforme informações processuais prestadas pelo juízo de origem (fl. 181).

É o relatório.

DECIDO.

De início, destaca-se que, em sede de recurso em *habeas corpus*, não há espaço para discussão de materialidade e autoria delitiva, uma vez que a ação mandamental em comento visa sanar ilegalidade verificada de plano.

Outrossim, constata-se que tal matéria não foi alvo de análise pelo Tribunal *a quo* por ocasião do julgamento do *habeas corpus* originário (fls. 108-111), de forma que a análise inaugural por esta Corte Superior incorreria em indevida supressão de instâncias.

No mais, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta da decisão que decretou a prisão preventiva (fls. 184/185):

No caso em apreço, o crime pelo qual os conduzidos foram autuados é doloso e a pena máxima cominada supera quatro anos.

O *fumus commissi delicti* está demonstrado pelas declarações das vítimas testemunhas e policiais, além do auto de apreensão.

Cumprе mencionar, nesse tocante, que, de acordo com os policiais militares a ação dos agentes, consistente na subtração, mediante concurso de dois agentes e ameaça exercida com emprego de arma de fogo, foi filmada por câmeras de vigilância.

Outrossim, em conformidade com os policiais militares, a guarnição recebeu denúncias anônimas apontando os conduzidos como sendo os autores da prática ilícita, os quais teriam sido vistos na cidade de Araçuaí-MG, seguindo as vítimas razão pela qual iniciaram buscas com o escopo de localizá-los.

Ato contínuo, referidas gravações foram mostradas para o genitor do conduzido Jorge, o qual prontamente reconheceu como sendo o seu filho uma das pessoas envolvidas na conduta.

Por fim, as vítimas reconheceram os conduzidos como sendo os autores da prática criminosa.

Portanto, mencionados elementos são suficientes para, nesta fase de cognição sumária, demonstrar a materialidade do crime de roubo duplamente majorado e indícios de autoria.

Também está presente o *periculum in libertatis*, tendo em vista que os conduzidos são reincidentes, porquanto, ao que se extrai dos autos, ambos cumprem pena na Comarca de Araçuaí-MG (conforme FACs amealhadas ao feito).

Portanto, o risco de reiteração criminosa é patente, porque, ao que tudo indica, os conduzidos persistem na senda criminosa mesmo durante o

cumprimento de pena, sendo, pois, inadmissível a soltura dos mesmos.

Afora isso, deve ser considerada a gravidade concreta da conduta. Como já mencionado alhures, o crime teria sido cometido mediante concurso de dois agentes e mediante ameaça exercida com o emprego ostensivo de arma de fogo. Assim, é cristalina a alta reprovabilidade da conduta e a periculosidade dos agentes.

Destarte, a situação dos autos é clara no sentido de demonstrar a necessidade da custódia processual dos conduzidos, em especial, para garantia da ordem pública, valendo salientar que a prisão preventiva não se constitui em violação a nenhum direito constitucional ou processual.

Segundo Guilherme de Souza Nucci, a reiteração na prática criminosa "é motivo suficiente para constituir gravame à ordem pública, justificador da decretação da prisão preventiva" (Código de Processo Penal comentado. 5. ed. São Paulo- RT 2006, p.610).

Portanto, a prisão cautelar dos conduzidos é necessária para garantir a ordem pública, ante o risco concreto de reiteração criminosa e a periculosidade concreta da conduta, não sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Ante o exposto, a fim de garantir a ordem pública, CONVERTO a prisão em flagrante de JORGE ANDRÉ SANTOS UNAS e GABRIEL LIMA DE SOUZA, já qualificados, em PREVENTIVA, nos termos dos artigos 310, II, e 312 do Código de Processo Penal.

Como se vê, consta do decreto prisional circunstância fática que demonstra a gravidade concreta do crime, evidenciada na reiteração delitiva, pois presente o periculum in libertatis, tendo em vista que os conduzidos são reincidentes, porquanto, ao que se extrai dos autos, ambos cumprem pena na Comarca de Araçuaí-MG (conforme FACs amealhadas ao feito).

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardarem a ordem pública. A esse respeito: HC 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015; e HC 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de

Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

